



Ministério da Educação
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM
Minas Gerais – Brasil
Revista Vozes dos Vales: Publicações Acadêmicas
Reg.: 120.2.095–2011 – UFVJM
ISSN: 2238–6424
Nº. 03 – Ano II – 05/2013
<http://www.ufvjm.edu.br/vozes>

Possibilidades de Avanço: Cooperativismo e Inclusão Digital no Distrito do Guinda – Diamantina – MG – Brasil

Profª. Drª. Arlete Barbosa dos Reis
Instituto de Ciência e Tecnologia – ICT da Universidade Federal dos Vales do
Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM – Diamantina – MG – Brasil
E-mail: arlete.reis@ufvjm.edu.br

Prof. MSc. Antônio Carlos Guedes Zappalá
FACSAE – Faculdade de Ciência Sociais Aplicadas e Exatas – Campus Mucuri –
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM –
Teófilo Otoni – MG – Brasil
E-mail: antonio.zappala@ufvjm.edu.br

Prof. MSc Eduardo Gomes Fernandes
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM
DEAD – Diretoria de Educação à Distância – Universidade Federal dos Vales do
Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM – Diamantina – MG – Brasil
E-mail: eduardo.fernandes@ufvjm.edu.br

Sidimara Cristina de Souza
Discente do curso de Serviço Social da FACSAE – Faculdade de Ciência Sociais
Aplicadas e Exatas – Campus Mucuri – Universidade Federal dos Vales do
Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM – Teófilo Otoni – MG – Brasil

Resumo: O distrito do Guinda nos dias atuais pode ser considerado como uma região com possibilidades de avanço visto que passou pelo processo de inclusão digital e atualmente segue rumo ao cooperativismo. A inclusão digital foi, para esse estudo, uma excelente ferramenta de trabalho, pois possibilitou à comunidade do Guinda a inserção em vários nichos de conhecimento que pontencializaram seu crescimento intelecto-cultural bem como o acesso aos diversos segmentos e formas de cooperativismo, envolvendo a criação e gerenciamento de cooperativas

populares e a formação continuada dos membros da comunidade envolvidos no projeto. Tais iniciativas serviram de base para a construção de uma comunidade com melhores condições de vida, pautada na educação responsabilidade social, no apoio mútuo e coletivo, no compromisso ético, na responsabilidade para com as gerações futuras e na formação da pessoa humana para e com o trabalho.

Palavras-chave: Inclusão Social. Inclusão Digital. Cooperativismo.

INTRODUÇÃO

A palavra desenvolvimento, por significar ampliação, progresso, comumente é associada a um processo de crescimento quantitativo puro e simples, sem se associar a ela, quando se referindo ao desenvolvimento econômico, as características qualitativas que, em seu fundamento, os beneficiários desse processo devem usufruir. “Desenvolvimento local é um processo endógeno registrado em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos capaz de promover o dinamismo econômico e a melhoria da qualidade de vida da população” (BUARQUE, 1999, p.1–6).

Desenvolvimento pode ser medido pela redução das desigualdades sociais e regionais; pela inovação tecnológica; pela expansão e modernização da base produtiva; pelo crescimento do nível de emprego e renda; pela redução da taxa de mortalidade de micro e pequenas empresas; pelo aumento da escolaridade e da capacitação; pelo aumento da produtividade e competitividade e pelo aumento das exportações.

Para tanto, faz-se necessário que as bases econômicas e de organização social, em nível local, sofram as adaptações necessárias para que se possa explorar as suas capacidades e potencialidades específicas.

Assim, considerando esse pré-requisito qualitativo, o planejamento do desenvolvimento local deve buscar viabilizar a competitividade da economia, visando primordialmente o aumento do emprego e da renda, tentando conservar, o máximo possível, os recursos naturais.

Sob a ótica governamental, há que se considerar o conceito de renda tributável, ou seja, o conceito que deve ser considerado é o de acréscimo total. “Neste são incluídos todos os acréscimos à riqueza, qualquer que seja a forma com

que sejam recebidos ou qualquer que seja sua proveniência” (MUSGRAVE, 1974, p. 21–25).

Busca-se, assim, aumentar as oportunidades, promovendo e ampliando o processo de inclusão social, de forma consistente e sustentável, ou seja, satisfazendo as necessidades do presente, sem, no entanto, comprometer a capacidade das gerações futuras satisfazerem suas próprias necessidades. Não se pode, porém, desconsiderar o fato de que, a parcela da população atual que sofre os efeitos da pobreza ou mesmo da total exclusão social não pode ser sacrificada em função de um futuro imprevisível, imponderável e, aos seus olhos, impossível de ser alcançado em condições dignas por seus filhos e netos, assumindo um compromisso com as gerações futuras sem sequer ter esperança no presente.

O presente trabalho tem como objetivo, analisar as condições sócio econômicas de uma comunidade rural localizada no município de Diamantina, denominada Guinda, além de discutir sobre o processo de implementação de uma cooperativa de materiais de limpeza como instrumento de desenvolvimento rural sustentável, assim como os mecanismos de inclusão social no interior da comunidade, elencando os limites e possibilidades da comunidade no processo de organização política e efetivação da cooperativa enquanto um mecanismo de geração de renda.

1. O distrito Guinda e suas origens.

O distrito do Guinda integra município de Diamantina e, portanto, tem sua história atrelada ao desenvolvimento de atividades de mineração que foram por séculos as de maior destaque na região. Diante disso, para entendermos alguns aspectos da dinâmica econômica e populacional do distrito do Guinda precisamos compreender o desenvolvimento histórico de Diamantina.

Diamantina pertence à microrregião do Alto Jequitinhonha, situada no nordeste de Minas Gerais. A história de Diamantina remete-nos à origem colonial brasileira. As terras do município tiveram um povoamento rápido e intenso em função primeiramente da descoberta de ouro e posteriormente das riquíssimas jazidas de diamantes encontradas no início do século XVIII. Inicialmente, para a região de Diamantina, dirigiram-se principalmente paulistas e baianos, seguidos por levas

intensas de portugueses. Em pouco tempo, a região do tijuco floresceu em arraial de rara opulência que se tornou importante núcleo comercial da região. Dentre os que se estabeleceram na região, era grande o número de pessoas envolvidas com extração de ouro e diamantes. “Contudo, também era expressivo o número de artífices, carpinteiros, ourives, alfaiates, pedreiros e eclesiásticos” (LIMA JÚNIOR, 1978, p. 1–8).

“O arraial do tijuco formou-se a partir de pequenos núcleos ao redor das lavras de garimpo de ouro ou diamante e por volta do século XVIII estava formado o núcleo histórico da cidade” (MARTINS, 1993, p. 1–5). Em 1831, o arraial do tijuco foi elevado à categoria de Vila e em 1835 tornou-se cidade. No início do século XX, Diamantina firmara-se como um dos mais importantes centros comerciais do norte mineiro, principalmente após instalação da estrada de ferro em 1914 que permitiu à cidade consolidar-se como entreposto comercial. Entretanto, com a expansão das estradas de rodagem para outras regiões do Jequitinhonha a partir dos anos 60, “Diamantina perde espaço como entreposto comercial e inicia-se um processo de estagnação econômica” (MARTINS, 1993, p;1–5).

A partir da década de 70, outro fator que influenciou na desaceleração da economia e na redução do ritmo de crescimento da cidade foi a queda na produção de diamante. Naquela década iniciou-se a utilização de dragas nos garimpos, modificando as técnicas de mineração. A implantação de novas tecnologias alterou o caráter de extração, limitando o acesso dos garimpeiros que trabalhavam do modo tradicional aos minerais. Ocorre, então, um deslocamento da população que se ocupava da atividade garimpeira para o setor primário. Principalmente a partir do final da década de 80 e durante a década de 90, observou-se desaceleração na extração do diamante e o município ingressou em uma fase de reduzido crescimento da população urbana e expressivo êxodo rural. Desde então, apesar da sua condição histórica de polo regional, o município vem perdendo a capacidade de retenção de seus habitantes e de atração das populações da microrregião. “Recentemente, outras atividades como o turismo e a ampliação do potencial do município como polo educacional vem ganhando destaque” (NEVES E REZENDE, 2006).

A abrangência do município de Diamantina é de 3933,3 Km², apresentando uma densidade demográfica de 11hab/Km² e conta com 11 distritos e vários

povoados. Entre esses distritos, temos o Guinda que também sofre com a estagnação econômica da região de Diamantina. Assim como o município, o distrito do Guinda também vem apresentado alterações em taxas demográficas a partir da década de 90. Segundo o IBGE, entre 1991 e 2000, o distrito apresentou um crescimento negativo de 3,72%. Nesse mesmo período, a população caiu de 681 para 488 habitantes. Em termos fisiográficos, a região em que se localiza o distrito do Guinda apresenta clima tropical, com período seco de abril a setembro. A precipitação máxima ocorre durante os meses de novembro, dezembro e janeiro. A temperatura e o índice pluviométrico médios anuais são, respectivamente, de 19,4 °C e 1.269mm. O cerrado com campos rupestres representa o principal tipo de vegetação. A forma predominante de relevo é a montanhosa (60%), com as feições plana (20%) e ondulada (20%) em menor proporção (CPRM, 2005).

Em termos geológicos, a região do Guinda vem sendo de interesse há séculos em virtude da riqueza mineral da região. Os naturalistas, Spix e Martius que passaram pelo Tijuco por volta de 1828 afirmaram que a região:

“...Compõe-se inteiramente de xisto quartzítico, branco acinzentado, em geral de granulação fina que, nas alturas, contém localmente grandes quantidades de fragmentos de quartzo arredondados, à maneira de brechas. É surpreendente o fato de nele haverem achado diamantes, em considerável altura” (SCHOBENHAUS *et al.*, 2002, 554p.).

O distrito do Guinda se encontra no chamado conglomerado SOPA de rochas diamantíferas. A origem do termo Sopa é bastante controversa, havendo diversas concepções a respeito do mesmo. A mais comum delas é que esta terminologia tem como base o fato de que a rocha, após seu desmonte hidráulico, quando acumulada nas “catas” abertas pelos garimpeiros, costuma efervescer, ou “ferver”, na linguagem local, como uma sopa. Uma outra hipótese é a de que, em algumas áreas, a matriz do conglomerado é muito micácea, sendo, por sua cor verde, inicialmente confundida como talcosa por geólogos sul-africanos que atuaram em Diamantina na década de 20. Como tal matriz era escorregadia, esses geólogos chamaram tal rocha de *soapstone* ou simplificada *soap* (sabão), que foi adaptado pelo linguajar garimpeiro para sopa. “Uma terceira versão, mais simplista, acredita que o termo tem sua origem no aspecto caótico e variado apresentado pelos seixos do

conglomerado, que quando cortado pode assemelhar-se a uma sopa de muitos ingredientes” (SCHOBENHAUS *et al.*, 2002, 554 p.).

Em virtude das condições edafoclimáticas da região do Guinda (solos rasos, arenosos e pedregosos, ácidos, clima ameno, etc.) que constituem um fator limitante para as práticas da agricultura convencional e pecuária intensiva, a região é caracterizada por pequenas propriedades que produzem em escala familiar, não ficando restrito a uma ou duas atividades agrícolas e sim a produção de várias culturas, com intenção, a priori, para o autoconsumo. Como os campos rupestres, em virtude das características físicas e químicas do solo, apresentam pouca aptidão agrícola (SILVA, 2005, p. 59–77), outras atividades acabaram por se desenvolver. “A região do Guinda possui uma vegetação herbácea arbustiva, com presença marcante de arvoredos pouco desenvolvidos, oscilando entorno de dois metros de altura, ocorrendo em áreas com altitudes superiores a 900 metros em solos ácidos e pobres em nutrientes entre os afloramentos rochosos” (RIBEIRO & WALTER, 1998, p.89–166).

2. Cooperativismo e inclusão digital: Ferramentas para um desenvolvimento local.

Cooperativa é uma associação autônoma de pessoas que se unem, voluntariamente, para satisfazer aspirações e necessidades econômicas, sociais e culturais comuns, por meio de uma empresa de propriedade coletiva democraticamente gerida.

A ação cooperativista pode ser vislumbrada nas mais diversas experiências comunitárias, ocorridas em tempo e espaços distintos, ao longo da história da humanidade. Sob a égide do comunitarismo, onde a propriedade dos meios de produção é coletiva, Não obstante, de modo formal, situa-se a origem do cooperativismo na Inglaterra, em 1844, na pequena cidade de Rochdale, pelas mãos de 28 tecelões, que criaram uma pequena cooperativa de consumo. Com uma proposta exequível e portando-se de modo crítico à experiências mal sucedidas dos precursores do cooperativismo e guiados pelo ideal de que " a justiça e a associação devem superar a injustiça e o individualismo da sociedade capitalista", os pioneiros de Rochdale basearam-se nos seguintes princípios:

- ✓ Formação de um capital social para emancipação dos trabalhadores, viabilizado pela poupança resultante da compra comum de alimentos;
- ✓ Construção ou aquisição de casas para os cooperados;
- ✓ Criação de estabelecimentos industriais e agrícolas voltados à produção de bens indispensáveis à classe trabalhadora, de modo direto e a preços módicos, assegurando, concomitantemente, trabalho aos desempregados, e, ou mal remunerados;
- ✓ Educação e campanha contra o alcoolismo;
- ✓ Cooperação integral, com a criação gradativa de núcleos de comunidades piloto de produção e distribuição, que seriam multiplicados através da propaganda e do exemplo, visando a fundação de novas cooperativas.

Hoje, o cooperativismo no mundo cresce a passos largos, desempenhando o seu desígnio de atenuar as contradições do capitalismo internacional. Nos Estados Unidos, 60% da população participam de algum tipo de cooperativa, que reúnem mais de 150 milhões de pessoas; no Canadá, 45% da população (12 milhões de pessoas); na Alemanha, 20% da população (20 milhões de pessoas), sendo que 80% dos agricultores e 75% dos comerciantes; na França, 20% da população (10,6 milhões) (SEAGRI).

A primeira forma de organização baseada no comunitarismo e voltada a compor uma sociedade cooperativista em bases integrais deu-se, no Brasil, por volta de 1600, com a fundação das primeiras reduções jesuíticas. Calcado na solidariedade humana, onde o trabalho coletivo visava à supremacia do bem-estar da coletividade sobre o individualismo, esse modo de organização social foi desenvolvido no país por mais de 150 anos.

No setor agropecuário, Minas Gerais desponta como berço da organização cooperativista, quando o governador João Pinheiro estabeleceu o seu programa agrícola, priorizando a constituição de cooperativas, como meio de se reduzir a intermediação nas transações comerciais, concentradas, à época, em mãos de estrangeiros.

E, assim, os diversos segmentos cooperativos desenvolveram-se no país e, hoje, desempenham importante papel na economia brasileira. O segmento

agropecuário e de crédito reúnem quase 2 milhões de associados, reunidos em torno de 2,3 mil cooperativas, que geram aproximadamente 115 mil postos de trabalho. “O Cooperativismo agrícola brasileiro é tão importante, que é responsável pela movimentação de recursos da ordem de R\$ 17 bilhões na composição do PIB agropecuário nacional” (SEAGRI).

O processo de implementação de uma cooperativa no Guinda se inicia em 2010 via dois projetos de extensão da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri aprovado um aprovado no edital de extensão e interface com a Pesquisa–FAPEMIG 09/2010 sob o processo nº APQ–03480–10 intitulado “Guinda: Conhecer e desenvolver” e outro aprovado no edital 05 – PROEXT 2010 MEC/SESu, sob o processo SIGProj nº 53599.308.67447.16052010 intitulado “Criação e Desenvolvimento de Cooperativas Populares no Distrito do Guinda–Diamantina/MG”. Nessa data, a população local começa a ter contato com a universidade e a discutirem possibilidades de geração de renda e melhorias para as famílias da região. Todos os participantes eram filhos (as) de garimpeiros e que encontravam grande resistência em ter que fazer outra coisa, que não fosse o garimpo para sobreviver.

Com uma metodologia participativa e de pesquisa–ação, inicia-se um trabalho de base junto à comunidade, realizando rodas de conversas com profissionais qualificados que pudesse contribuir para um desenvolvimento sustentável, social e econômico.

Durante dois anos houve no interior da comunidade muitos debates sobre associativismo, cooperativismo, possibilidades de desenvolvimento, além de momentos reflexíveis sobre os anseios e dúvidas da população. Com muito trabalho e empenho conseguiu-se criar certa perspectiva de melhorias junto as participantes do projeto, reunindo um grupo de 60 moradores interessados a constituir uma cooperativa de matérias de limpeza.

Sabe-se que as ações extensionista são lentas e muitas vezes de impactos gradativos, entretanto a população quer respostas e retornos urgentes, fator que muitas vezes desmotiva o sujeito envolvido na intervenção. E não foi diferente nesse projeto, dos 60 participantes, eis que permaneceram cerca de 15 pessoas, fato que inibia a constituição da cooperativa, uma vez que para sua existência necessita de no mínimo 20 pessoas. Porém esse grupo não desistiu, decidiram constituir uma

associação de materiais de limpeza e com o apoio da universidade deram início a cursos de produção de materiais de limpeza, controle interno da associação, entre outros cursos preparatórios para o mercado.

A animação era grande, a perspectiva de renovação brilhava nos olhos de todos os moradores, entretanto sem recursos e apoio dos órgãos municipais a associação foi caindo na irregularidade, fato que a universidade não tinha muito como intervir, mas contribuía com orientações e auxiliava na elaboração de documentos que eram necessários. Com muito empenho e trabalho os associados iniciam a produção e venda dos produtos da associação, possibilitando uma receita para a associação, sem retorno algum para os envolvidos.

O processo de constituição da associação foi lento e necessitou de muitas atividades de orientação e formação dos membros da diretoria, principalmente no que diz respeito à parte contábil da associação.

Hoje a associação produz seus materiais de limpeza, possui um espaço na feira municipal de Diamantina e consegue manter a associação dentro da legalidade com a ajuda de assessoria de uma equipe da UFVJM.

Para um maior empenho dos membros diretores, o projeto de extensão conseguiu reabrir o telecentro na comunidade, possibilitando uma inclusão digital dos membros da associação e demais moradores que quisessem participar. Os discentes orientados por docentes do curso de Bacharelado em Ciência e Tecnologia–BC&T ofertaram cursos de informática com carga de 96 horas e direito a certificação de participação. Incluindo uma formação técnica continuada dos moradores, bem como uma formação de tutores, pertencentes ao próprio distrito, para que gerenciem por conta própria o telecentro, além de auxiliar todos os cidadãos na administração das possíveis cooperativas e, ou associação que se pretende criar.

A Inclusão dos indivíduos na sociedade da informação compreende a sua participação e acesso ao complexo e heterogêneo conjunto de bens, aplicações e serviços utilizados para produzir, distribuir, processar e transformar a informação. “Esse processo inclui o leque de tecnologias que atendem às necessidades de informação e comunicação nas sociedades, consistindo os segmentos de telecomunicações, televisão em rádio, computadores (software e hardware)” (LARRY & BRUCE, 2004, 588 p.),, serviços de informática e mídias eletrônicas como

a Internet bem como o conteúdo destas mídias. Caracteriza-se por ações, programas, projetos e iniciativas que visam a assegurar que cada indivíduo, inclusive aqueles com algum tipo de deficiência, tenham acesso e capacidade de usar as tecnologias de informação e comunicação, como por exemplo, computadores e Internet, e estejam, portanto, habilitados a participar e beneficiar-se da sociedade da informação. Um incluído digitalmente não é aquele que apenas utiliza essa nova linguagem, que é o mundo digital, para trocar e-mails, mas aquele que usufrui desse suporte para melhorar as suas condições de vida.

Diversos projetos atuam no cenário de inclusão digital no país, devendo ser utilizados como motivação e exemplo na implantação de centros que capacitarão a população para a utilização dessas novas mídias para seu desenvolvimento próprio.

O Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) atua com a implantação de Centros de Inclusão Digital, uma ação que compõe o Programa de Inclusão Digital do MCT. O

Programa constitui-se em um instrumento de promoção da inclusão social, cuja responsabilidade é da Secretaria de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social (SECIS) e tem como objetivo proporcionar à população menos favorecida o acesso às tecnologias de informação, capacitando-a na prática das técnicas computacionais, voltadas tanto para o aperfeiçoamento da qualidade profissional quanto para a melhoria do ensino (GFID, 2010). O projeto de inclusão digital Cidadão NET, desenvolvido pelo Governo do Estado de Minas Gerais, objetiva promover a democratização do acesso às novas tecnologias da informação e da comunicação às comunidades localizadas no semiárido mineiro, por meio da implantação de telecentros comunitários (núcleos de informação e cidadania). O projeto Cidadão NET foi criado em 2003 pela Secretaria Extraordinária para o Desenvolvimento dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri e do Norte de Minas (SEDVAN) em parceria com Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais (IDENE) (GOVERNO DE MINAS GERAIS, 2010).

Os telecentros comunitários foram criados em todos os municípios previstos pelo projeto Cidadão NET, o que inclui a cidade de Diamantina com todos os seus distritos. Contudo a preparação da população, ou de agentes, para uso dos mesmos não ocorreu, o que acarretou na sua inutilização do espaço.

A inclusão digital no interior do Guinda possibilitou o contato dos moradores com uma nova tecnologia, criando aos jovens o interesse de aprofundar mais sobre computador, internet, além de contribuir para um maior desempenho da associação de materiais de limpeza.

Os limites da população do Guinda são grandes, principalmente no que tange a geração de renda, educação e infraestrutura do município. Em relação a associação de materiais de limpeza, o grande desafio é não deixar a associação ser tornar irregular, além de manter os membros em ativo junto com a diretoria gestora. No Brasil, grande partes das associações, principalmente rurais, existem no papel, porém não podem concorrer, nem acessar nenhum benefício do governo por não estarem com documentação em dias.

As possibilidades de avanço e desenvolvimento são grandes, vários editais são lançados anualmente via empresas públicas e privadas de auxílio a manutenção e desenvolvimento das associações e cooperativas, entretanto a falta de assessoria técnica para a elaboração dos projetos para concorrerem aos mesmos é grande, além da burocratização que é solicitado das entidades concorrentes, impossibilitando o acesso de diversas associações.

A constituição de uma cooperativa e, ou uma associação requer cooperação, solidariedade, união, determinação e companheirismo. Diversos são os limites e desafios encontrados, principalmente em um mundo em que ter representa mais que ser, onde o homem deixar de se sujeito da sua própria história e passa a não se reconhecer na própria produção. Um dos mecanismos que conseguirá romper com as mazelas sociais é a educação, ferramenta que amplia horizontes, além de permitir uma análise crítica e propositiva da realidade posta.

Considerações Finais

Diante do cenário em que vivemos hoje é difícil trazer para o cotidiano uma perspectiva emancipatória, uma vez que devido à ordem societária, na qual estamos inseridos, esse processo é tratado como mera operacionalização, não havendo uma inter-relação entre as dimensões teórico-metodológicas, técnico operativo e ético-político que os sujeitos se encontram.

Enquanto associação/cooperativa tem-se o desafio de cada vez mais qualificar-se, de sistematizar as práticas em produções inovadoras e propositivas. Deve-se vencer as limitações institucionais, ampliando as visões críticas e mediadoras da realidade colocada. Sabe-se que isso é um grande desafio, principalmente nos dias atuais, todavia, a coletividade que rege uma associação e ou cooperativa é um dos primordiais instrumentos de mobilização e articulação para a efetivação de qualquer proposta advinda da classe trabalhadora.

Abstract: The district Guinda today can be regarded as an area with potential for advancement since gone through the process of digital inclusion and currently goes toward cooperative. Digital inclusion is, for this study was an excellent working tool, it enabled the community of Guinda after that an insertion in various niches of knowledge that pontencialization and growth intellect-cultural as well as access to various segments and forms of cooperatives, involving the creation and popular cooperative management and continuing education of community members wrapped in the project. These initiatives were the basis for the construction of a community with better living conditions, based on social responsibility education, mutual support and collective commitment ethical responsibility to future generations and the formation of the human person and to the work.

Key-words: Social Inclusion. Digital Inclusion. Cooperatives.

Referências

BUARQUE, SÉRGIO, C. **Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável**. PCT – INCRA/IICA, Brasília, 1999.

GFID. Governo Federal, **Inclusão Digital**. Disponível em: <http://www.inclusaodigital.gov.br>. Acesso em 10/04/2010.

GOVERNO DE MINAS GERAIS. **Cidadão.NET**, Disponível em: <http://mg.gov.br>. Acesso em: 10/04/2010.

GUGEL, M. Memórias de Minas. **Programa Polo de Integração da UFMG no Vale do Jequitinhonha**. Informativo Polo Jequitinhonha, n. 8., 2009.

IBGE. **Censos Demográficos de 1991 e de 2000** (dados da amostra).

IBGE. **Pesquisa Nacional Por Amostragem Domiciliar de 2005** (Dados da amostra).

LARRY, P.; DAVIE, L.; BRUCE, S. **Redes de computadores: uma abordagem de sistemas**. Rio de Janeiro: Elsevier, 588 p. , 2004.

LIMA JUNIOR, A. **A capitania das Minas Gerais**. São Paulo. Editora Universidade de São Paulo, 1978.

MARTINS, M. L. **Breve história de Diamantina**. Diamantina. Ed. do autor, 1993.

MUSGRAVE, Richard A. **Teoria das finanças públicas: um estudo de economia governamental**. São Paulo: Atlas, 1974.

NEGROPONTE, N. **A vida digital**. 2ed. São Paulo: Companhia das Letras, 231 p. 1995.

NEVES, C.C.; REZENDE, S. **Aspectos sócio-demográficos do município de Diamantina na transição da atividade mineradora para as atividades turística educacional**. Departamento de Engenharia Sanitária e Ambiental da UFMG. 2006.

RIBEIRO, J. F.; WALTER, B. M. T. **Fitofisionomias do Bioma do Cerrado**. In: SANO, S.M.; ALMEIDA, S.P. (ed). *Cerrado: ambiente e flora*. Planaltina: EMBRAPA/CPAC, pp.89–16, 1998.

SCHOBENHAUS, C. / CAMPOS, D.A. / QUEIROZ, E.T. / WINGE, M. / BERBERT-BORN, M. **Conglomerado Diamantífero Sopa, Região de Diamantina, MG Marco histórico da mineração do diamante no Brasil**. Sítios Geológicos e Paleobiológicos (SIGEP) – Brasília, 554pp 2002.

SILVA, A. C. Solos. In: SILVA, A. C. *et al.* **Serra do Espinhaço Meridional: paisagens e ambientes**. Belo Horizonte: O Lutador, 2005. pp.59–77.

SEAGRI, **A origem do cooperativismo**. Acessível em <http://www.seagri.ba.gov.br/origemcoop.asp> acessado em 14.04.2010.
www.cprm.gov.br/rehi/atlas/jequitinhonha/relatorios/001.pdf Diagnóstico CPRM, 2005. Acessado em 10.04.2010.